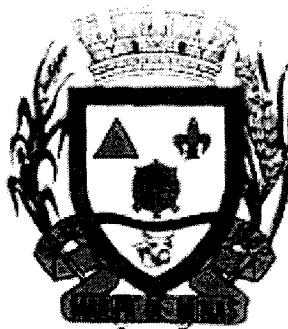


PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS
Secretaria Municipal de Educação



Plano Municipal de Educação do
Município de Maripá de Minas
2015 - 2024

Maripá de Minas, Junho de 2015

LEI Nº _____, de _____ de Junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Maripá de Minas. Faço saber que a Câmara dos Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º É aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 9 (nove) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e na Lei nº13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

Parágrafo único: este PME é integrado, além da presente parte normativa, pelos seguintes anexos:

I - diagnóstico (anexo I);

II - indicadores para monitoramento e avaliação da evolução das metas do PME (anexo II);

III - metas e estratégias (anexo III)

Art.2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos(as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art.3º As metas previstas no Anexo III desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art.4º As metas previstas no Anexo III desta Lei deverão ter como referência o censo demográfico e os censos da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art.5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados, sem prejuízo de outras, pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação - SME;

II - Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

§1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§3º Fica estabelecido, para efeitos do caput deste artigo, que as avaliações deste PME serão realizadas com periodicidade mínima de 02 (dois) anos contados da publicação desta Lei.

§4º Para viabilização do monitoramento e avaliação do cumprimento das metas deste PME, serão utilizados os indicadores constantes do Anexo II, além de outros que venham a se mostrar pertinentes para tanto.

Art.6º O município promoverá a realização de pelo menos 4 (quatro) conferências municipais de educação até o final do PME articuladas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com outros órgãos relacionados a Educação.

Parágrafo único: As conferências de educação realizar-se-ão com intervalo de até 2 (dois) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art.7º O município em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais atuará, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§1º Caberá aos gestores do município a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo III desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O Município criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada à consulta prévia e informada a essa comunidade.

§5º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município e o Estado de Minas Gerais incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art.8º O Município deverá aprovar leis específicas para o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública no seu âmbito de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art.9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10º - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado de Minas Gerais, e o Município, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11º Até o final do primeiro semestre do último ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara dos Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder,

o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12º A revisão deste PME, se necessária, será realizada com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maripá de Minas, _____ de Junho de 2015.

VAGNER FONSECA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I – DIAGNÓSTICO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARIPÁ DE MINAS

VAGNER FONSECA COSTA

Prefeito Municipal

DR. MÁRIO FERREIRA MEDINA

Vice-prefeito

Ms. RONALDO ANTÔNIO DE SOUZA

Secretário Municipal de Educação

Coordenador para elaboração do Plano Municipal de Educação

Prof. BRUNA ADRIANA DE FREITAS COELHO

Co-coordenadora para elaboração do Plano Municipal de Educação

JÉSSICA FRANCISCA VIEIRA

Secretária executiva para elaboração do Plano Municipal de Educação

**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARIPÁ DE MINAS**

COLABORADORES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ms. Ronaldo Antonio de Souza

Bruna Adriana de Freitas Coelho

Jéssica Francisca Vieira

CONSELHO TUTELAR

Elenildo Orlando Costadela

João Batista da Silva Dias

Maria José da Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS

Walter Machado de Souza

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES E SOCIEDADE CIVIL

Larissa de Souza Lopes

Rafaela Avelar Evaristo

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Marialda Medina Matos Resende

Nívea Ricardo Costa

REPRESENTANTE DOS GESTORES

Ana Lúcia Martins Correia Rezende

Maria Aparecida Rissole de Mendonça

REPRESENTANTE DO CONSELHO DO FUNDEB

Lara Cordeiro Ferreira Costa

Ana Porcina Leite Pereira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	9
2.1	ASPECTOS GERAIS.....	9
2.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	10
2.3	ASPECTOS SOCIAIS.....	11
2.3.1	Pobreza e Transferência de Renda	11
2.3.2	Índice de Desenvolvimento Humano	13
2.4	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	14
2.4.1	Produção.....	14
2.4.2	Mercado de Trabalho	16
2.5	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18
2.5.1	Estrutura	18
2.5.2	Capacidade Técnica.....	20
2.5.3	Finanças.....	20
2.5.4	Planejamento	21
3	PLANOS DE EDUCAÇÃO.....	23
4	EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	24
4.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	24
4.2	DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	26
4.2.1	Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade	26
4.2.1.1	Educação Infantil	26
4.2.1.2	Ensino Fundamental.....	27
4.2.1.3	Ensino Médio	29
4.2.1.4	Alfabetização	31
4.2.1.5	Educação em Tempo Integral	33
4.2.1.6	Aprendizado Adequado na Idade Certa	34
4.2.1.7	EJA Integrada à Educação Profissional	35
4.2.1.8	Educação Profissional.....	36
4.2.2	Superação das Desigualdades e a Valorização das Diferenças	37
4.2.2.1	Educação Especial / Inclusiva.....	37
4.2.2.2	Elevação da escolaridade / diversidade.....	38
4.2.3	Valorização dos Profissionais da Educação	40
4.2.3.1	Formação dos Professores.....	40
4.2.3.2	Formação Continuada e Pós-Graduação	42
4.2.3.3	Remuneração do Magistério	43
4.2.3.4	Plano de Carreira.....	46
4.2.4	Ensino Superior	46
4.2.5	Gestão Democrática e Participação Social.....	48
4.2.6	Financiamento	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010.....	10
GRÁFICO 2 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010.....	11
GRÁFICO 3 – Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais.....	12
GRÁFICO 4 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2010.....	14
GRÁFICO 5 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010.....	15
GRÁFICO 6 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011.....	15
GRÁFICO 7 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011.....	16
GRÁFICO 8 – Taxa de desemprego por área selecionada – 2010.....	17
GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010.....	17
GRÁFICO 10 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010.....	18
GRÁFICO 11 – Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011.....	20
GRÁFICO 12 – Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011.....	21
GRÁFICO 13 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.....	27
GRÁFICO 14 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.....	27
GRÁFICO 15 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.....	28
GRÁFICO 16 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.....	28
GRÁFICO 17 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.....	30
GRÁFICO 18 – Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.....	30
GRÁFICO 19 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.....	32
GRÁFICO 20 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.....	32
GRÁFICO 21 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.....	32

GRÁFICO 22 – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares	33
GRÁFICO 23 – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares	34
GRÁFICO 24 – Percentual de matrículas de matrículas na educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.....	36
GRÁFICO 25 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.....	38
GRÁFICO 26 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.....	39
GRÁFICO 27 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural ..	39
GRÁFICO 28 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres.....	40
GRÁFICO 29 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos	40
GRÁFICO 30 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.....	43
GRÁFICO 31 - Remuneração média dos professores de 2010 a 2014 pelo piso nacional.	44
GRÁFICO 32 - Remuneração média dos professores no município de 2010 a 2014	44
GRÁFICO 33 - Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo.....	45
GRÁFICO 34 – Alunos matriculados no ensino superior entre 2009 e 2015	49
GRÁFICO 35 – Recurso aplicado no ano de 2014 por tipo.....	50
GRÁFICO 36 - Percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino de 2010 a 2013.....	49
GRÁFICO 37 – Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes	13
TABELA 2 Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	29
TABELA 3 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental	29
TABELA 4 – Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio.....	31
TABELA 5 – Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino.....	34
TABELA 6 – Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE.....	34
TABELA 7 – IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.	35
TABELA 8 – IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública.....	35
TABELA 9 – Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio	36
TABELA 10 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe:	38
TABELA 11 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior.....	41
TABELA 12 – Porcentagem de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental que têm licenciatura na área em que atuam	42
TABELA 13 – Porcentagem de professores do Ensino Médio que têm licenciatura na área em que atuam	42
TABELA 14 – Porcentagem de professores da educação básica com pós graduação por tipo de graduação.....	43
TABELA 15 - Despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo.....	46

LISTA DE FIGURAS

MAPA 1 - Localização do município.....	10
ORGANOGRAMA 1 - Estrutura da administração Municipal	19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização do território.....	10
Quadro 2 – Instrumentos de gestão democrática existentes no município.....	48
Quadro 3 – Caráter do Conselho Municipal de educação	48

1 INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) é certamente um evento de grande importância para um Município. Nesse sentido, Maripá de Minas caminha em passo firme para constituição de seu planejamento da próxima década.

Nesta tarefa, todo Município participa, e mostrando sua voz ativa, elabora, cria e recria os caminhos a serem seguidos. Através do PME elaboramos não só os caminhos pedagógicos de nossa educação, mas também o guia que vai nortear as estratégias dos dirigentes para manutenção e aprimoramento dos recursos a serem empregados.

A educação, desde nossa Constituição Federal, é vista como um lugar de articulação e desenvolvimento de estratégias coletivas, em que a gestão democrática deve ser o guia máximo do envolvimento de seus participantes. Há nesse sentido a premente necessidade de zelar pela transparência, pela impessoalidade e pela representatividade da elaboração de um Plano como este.

O envolvimento da equipe que coordena e elabora este Plano é, nesse sentido, entendido como as mãos que executam as ideias coletivas. São caminhos trilhados no debate e organizados no presente documento.

Este PME guia-se pelo Plano Nacional da Educação (PNE), seguindo suas metas e reorganizando as estratégias de acordo com a realidade de nosso município. Ele visa atender a Lei nº 13.005/2014 que institui o PNE, e determina a Estados e Municípios a elaboração e adequação de seus planos ao PNE.

O presente PME visa permitir que nossos estudantes recebam uma estrutura capaz de levá-los ao pleno exercício de sua cidadania, ao debate das melhores políticas públicas, à capacidade de interagir e agir em prol de uma sociedade mais equilibrada, justa e sustentável. Enfrentando os desafios de nossa época, e dando-lhes soluções criativas.

Este é o nosso desejo. Esta é nossa principal meta!

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 ASPECTOS GERAIS

De acordo José Luiz Machado Rodrigues (2003), em sua obra *Maripá de Minas e região*, os primeiros registros da presença colonizadora nas terras que hoje formam a cidade de Maripá de Minas datam de 1818. Segundo este pesquisador da história maripaense, no mesmo ano formou-se no local uma sesmaria concedida à Feliciano Francisca Dias. Nesse período, a região estava subordinada à Comarca do Rio das Mortes, que, por sua vez, pertencia à Vila de Barbacena.

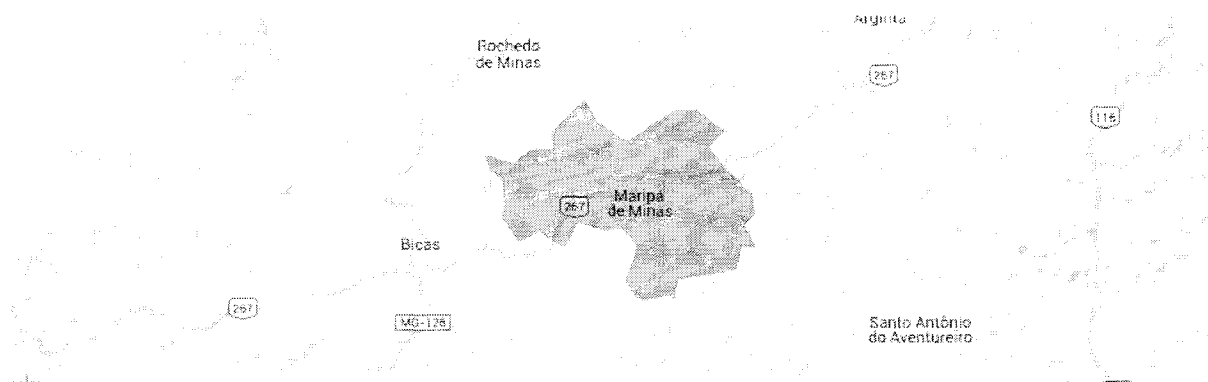
Em 1850, essas terras tornaram-se parte da recém-criada Vila de São João Nepomuceno. Herdando o nome da principal fazenda da região, o pequeno arraial do Córrego do Meio, hoje, Maripá de Minas, começava a ganhar suas primeiras unidades públicas com a construção de uma capela nas terras doadas por Domingos Antônio de Oliveira, proprietário da referida fazenda do Córrego do Meio.

Em 1890, o pequeno arraial do Córrego do Meio passa a pertencer à freguesia da recém-criada Vila do Espírito Santo do Guarará, ou apenas Guarará. E nesse mesmo decreto surge, pela primeira vez, o nome Maripá.

O Distrito de Maripá de Minas surge em meio às profundas transformações ocorridas no Brasil que acabava de se tornar liberto da escravidão. As fazendas de café, dependentes desta mão de obra, iniciavam sua recuperação econômica com o uso da mão de obra de colonos europeus, vindos para Maripá não só pelas lavouras mas, também, devido a construção da Estrada União Indústria. Além dos aspectos econômicos, o final do século XIX assistiu também a transformação política sofrida pelo país que acabava de se tornar uma República.

Dois anos após a criação do Distrito de Maripá ele aparece nos registros da Câmara Municipal de Guarará com a denominação de São Sebastião de Maripá. Este nome permaneceu até 1962, quando pela Lei 2764, de 30 de dezembro, passa a chamar-se Maripá de Minas e se emancipa, tendo sua instalação definitiva dois meses depois.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br>

QUADRO 1 – Caracterização do território

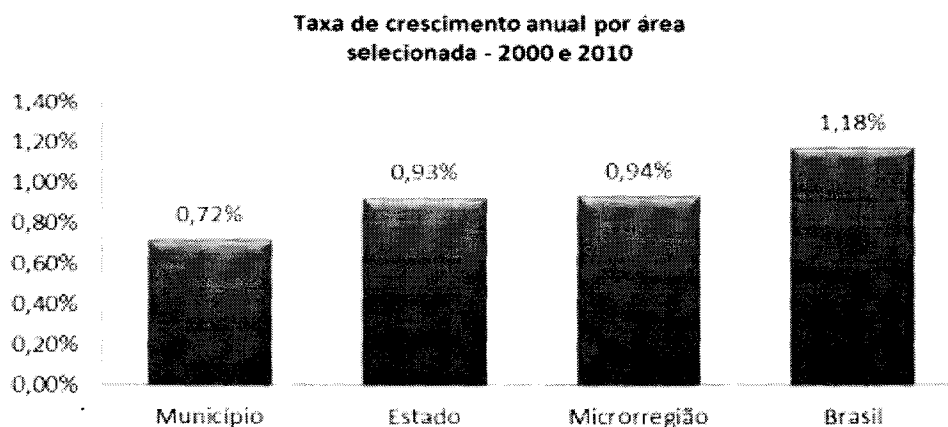
Área 78,22 km ²	IDHM 2010 0,680	Faixa do IDHM Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)	População (Censo 2010) 2.788 hab.
Densidade demográfica 35,64 hab/km ²	Ano de instalação 1962	Microrregião Juiz de Fora	Mesorregião Zona da Mata

Fonte: Atlas Brasil 2013

2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,72% ao ano, passando de 2.594 para 2.788 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

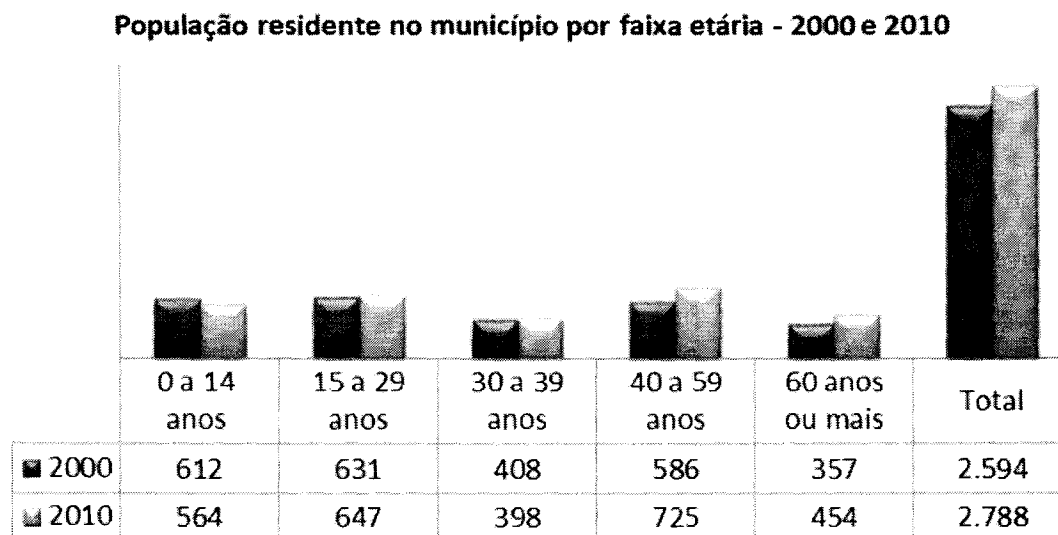
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 72,13% e em 2010 a passou a representar 81,28% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,4% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 13,8% da população, já em 2010 detinha 16,3% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -0,8% ao ano. Crianças e jovens detinham 23,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 612 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 20,2% da população, totalizando 564 habitantes.

GRÁFICO 2 – População residente no município por faixa etária – 2000 e 2010



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,86% ao ano), passando de 1.625 habitantes em 2000 para 1.770 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,5% da população do município.

2.3 ASPECTOS SOCIAIS

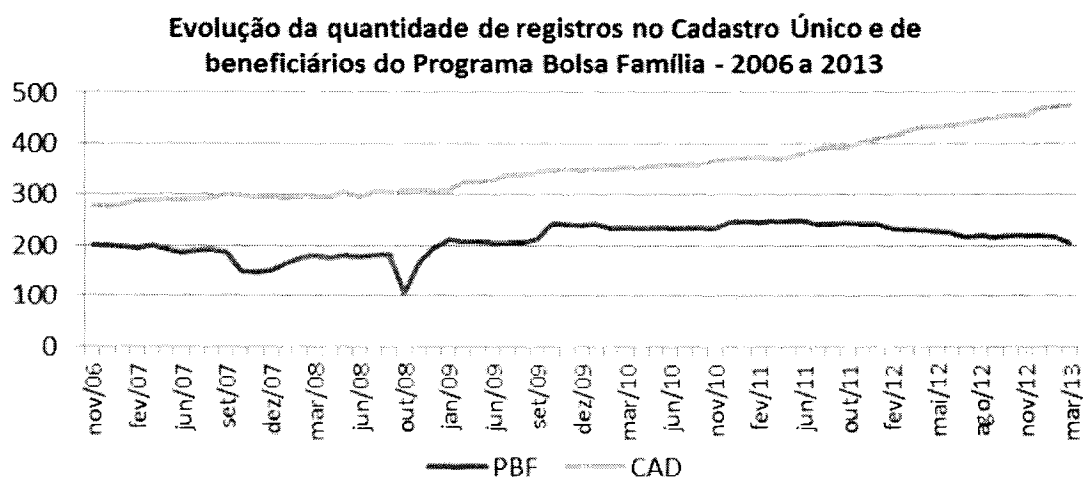
2.3.1 - Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 2.788 residentes, dos quais 158 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 5,7% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 8 (5,0%) viviam no meio rural e 150 (95,0%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 475 famílias registradas no Cadastro Único e 207 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (43,58% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

GRÁFICO 3 – Evolução dos Cadastros dos Programas Sociais



Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera às estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município

poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 02 famílias em situação de extrema pobreza.

2.3.2 - Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Além Paraíba é 0,726, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,857, seguida de Renda, com índice de 0,713, e de Educação, com índice de 0,626.

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,279	0,362	0,555
% de 13 anos ou mais com ensino fundamental completo	16,46	21,27	34,50
% de 6 a 6 anos frequentando a escola	79,04	77,30	96,39
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	44,01	60,81	84,39
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	12,55	30,89	60,20
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	9,40	19,80	40,09
IDHM Longevidade	0,664	0,760	0,847
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,64	70,60	75,84
IDHM Renda	0,655	0,664	0,668
Renda per capita (em R\$)	252,96	499,84	610,92

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,567 em 2000 para 0,680 em 2010 - uma taxa de crescimento de 19,93%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,90% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,193), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,468 em 1991 para 0,567 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,15%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 81,39% entre 1991 e 2000.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,109), seguida por Renda e por Longevidade.

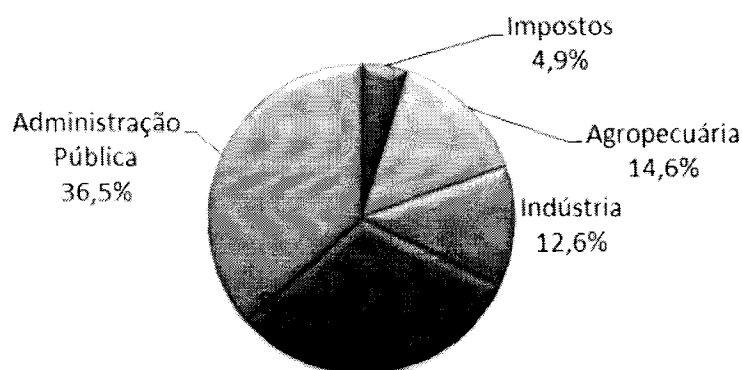
De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,468, em 1991, para 0,680, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 45,30% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 60,15% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,276), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

2.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

2.4.1 - Produção

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 50,8%, passando de R\$ 13,1 milhões para R\$ 19,7 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual em 0,01% no período de 2005 a 2010.

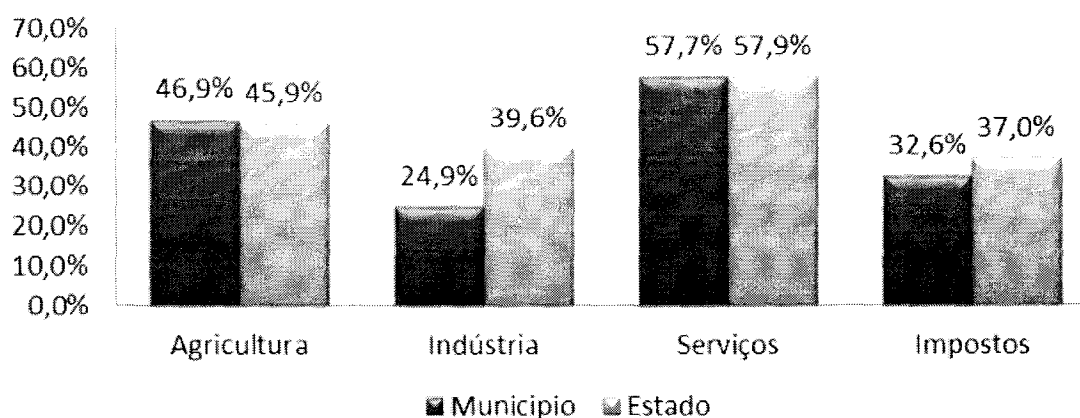
GRÁFICO 4 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2010



Fonte: IBGE

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 69,8% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 9,4% em 2010, contra 11,3% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 11,3% em 2005 para 26,4% em 2010.

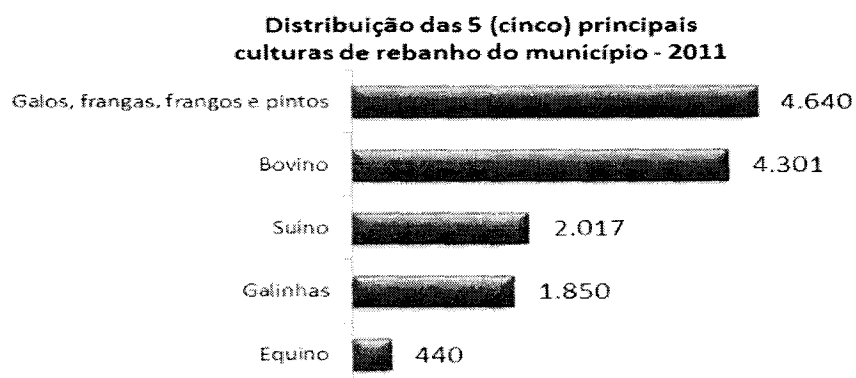
GRÁFICO 5 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010



Fonte: IBGE

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

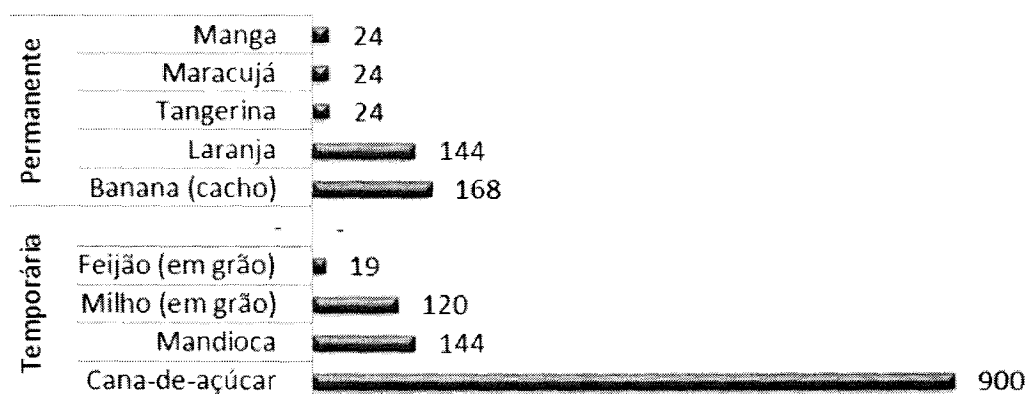
GRÁFICO 6 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Pecuária Municipal (PAM)

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 7 – Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011



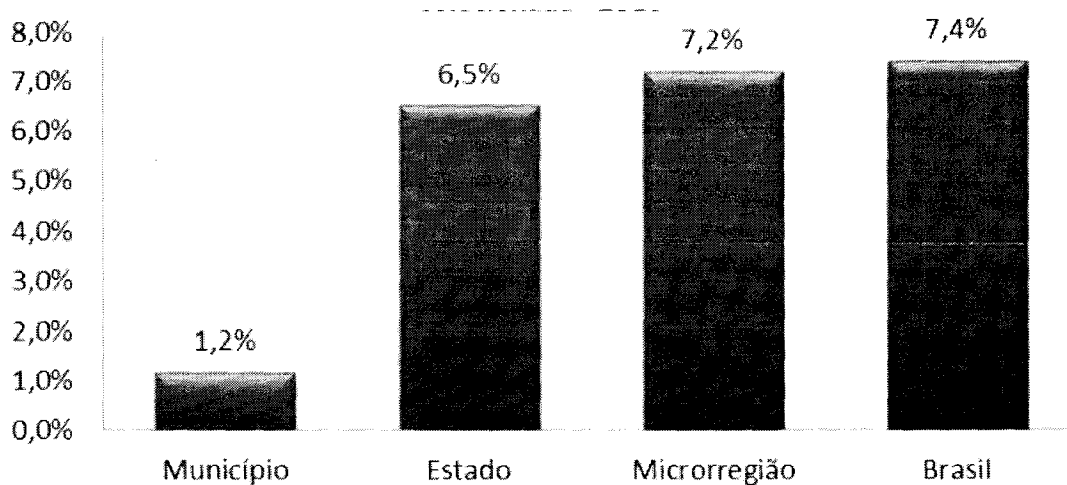
Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM)

2.4.2 - Mercado de Trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 1.241 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 1.226 estavam ocupadas e 14 desocupadas. A taxa de participação ficou em 50,6% e a taxa de desocupação municipal foi de 1,1%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

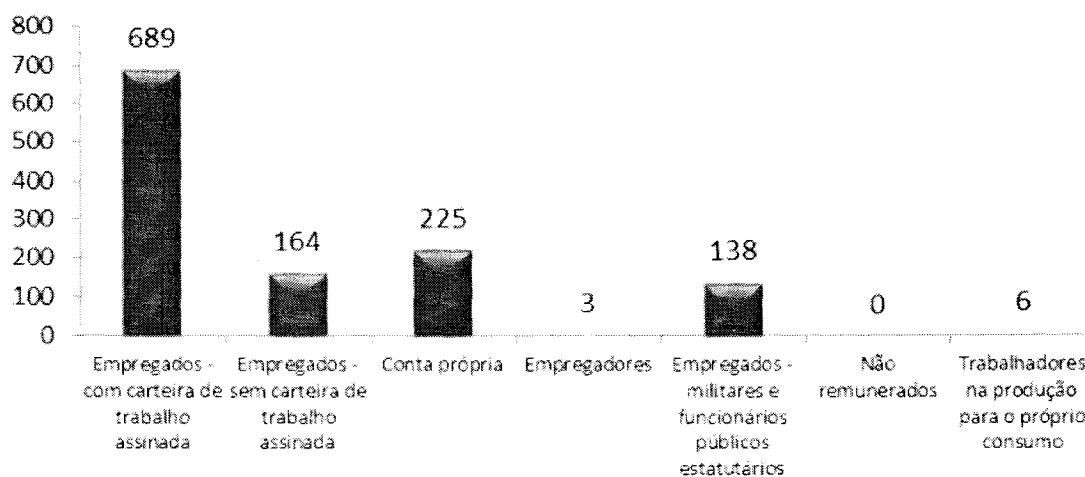
GRÁFICO 8 – Taxa de desemprego por área selecionada – 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 56,2% tinham carteira assinada, 13,4% não tinham carteira assinada, 18,4% atuam por conta própria e 0,2% de empregadores. Servidores públicos representavam 11,3% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 0,5% dos ocupados.

GRÁFICO 9 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010



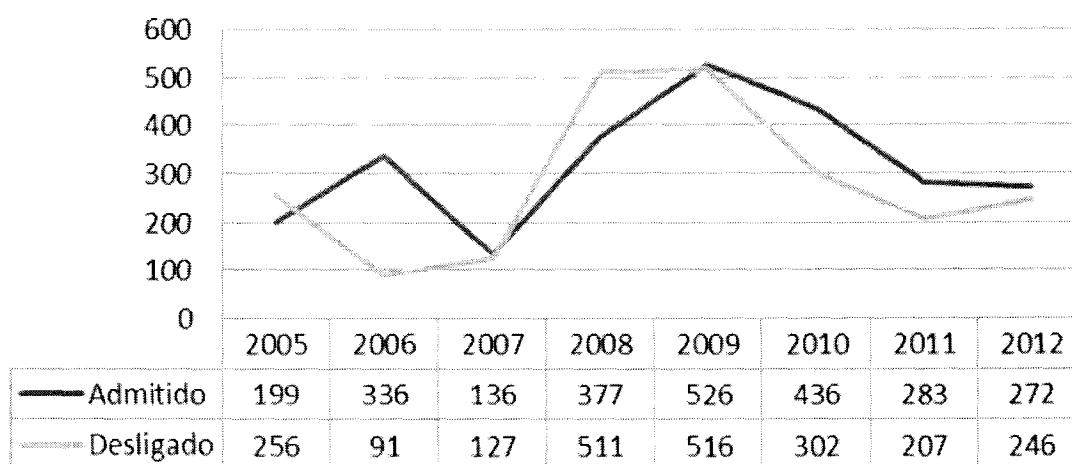
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010

Das pessoas ocupadas, 0,5% não tinham rendimentos e 58,3% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 783,41. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 894,06 e entre as mulheres de R\$ 659,64, apontando uma diferença de 35,54% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 309. No último ano, as admissões registraram 272 contratações, contra 246 demissões.

GRÁFICO 10 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2010



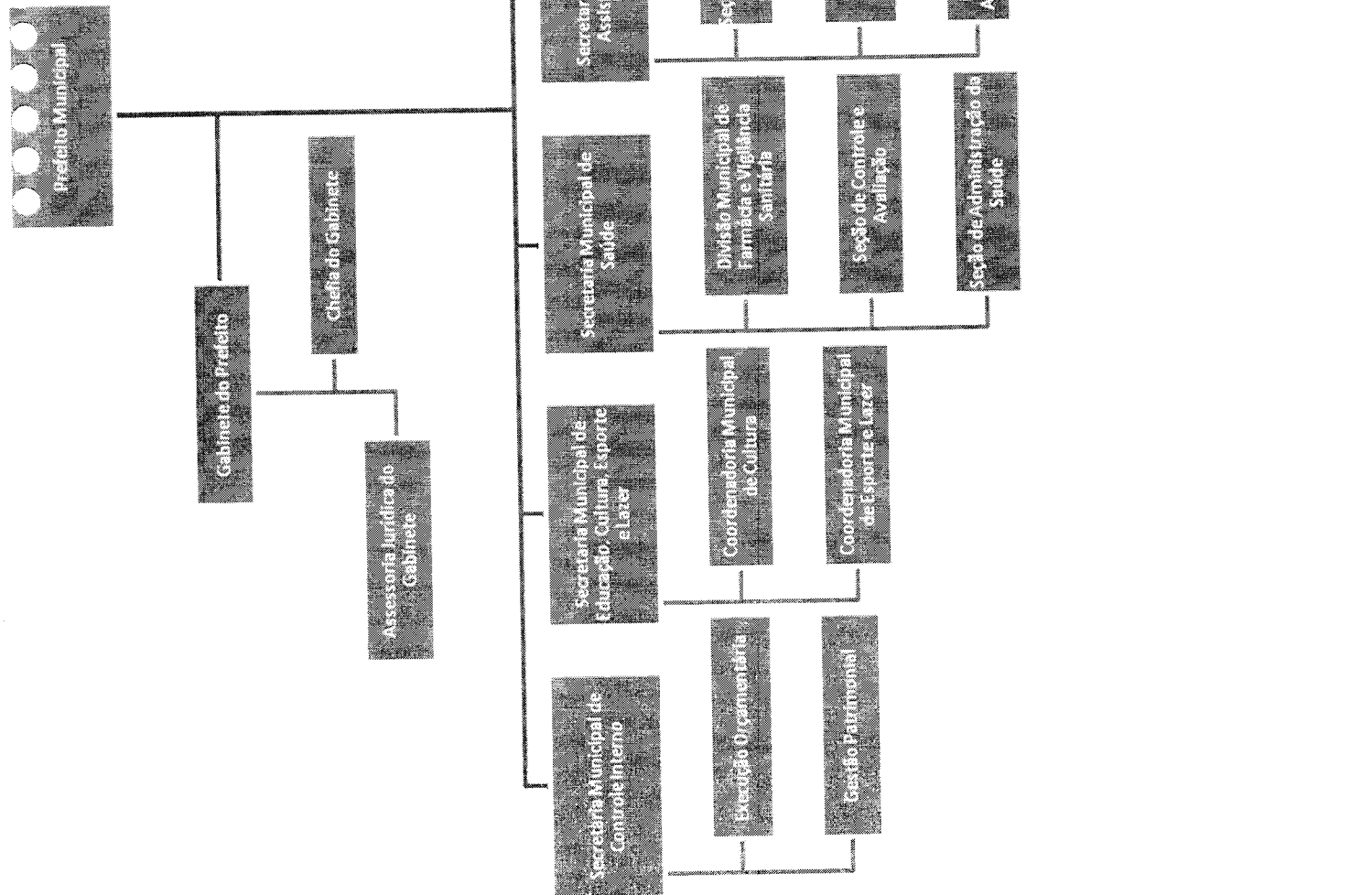
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 673 postos, 29,4% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

2.5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.5.1 - Estrutura

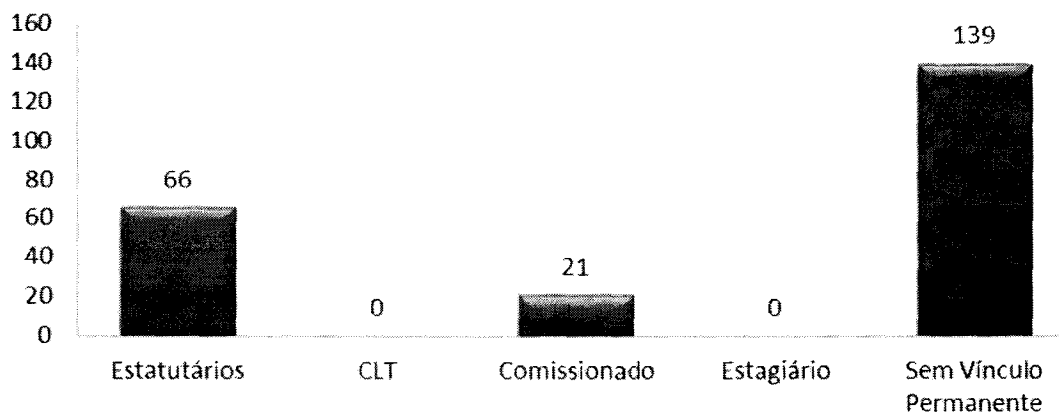
Organograma elaborado de acordo com Lei Municipal Complementar 001/2013 de 13 de maio de 2013.



2.5.2 - Capacidade Técnica

A Administração Municipal conta com 226 servidores, entre os quais 29,2% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município não realizou concurso público.

GRÁFICO 11 – Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011



Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) – 2011

As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e agricultura foram responsáveis por 75,13% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,51% do orçamento total, sendo a média estadual de 3,20%.

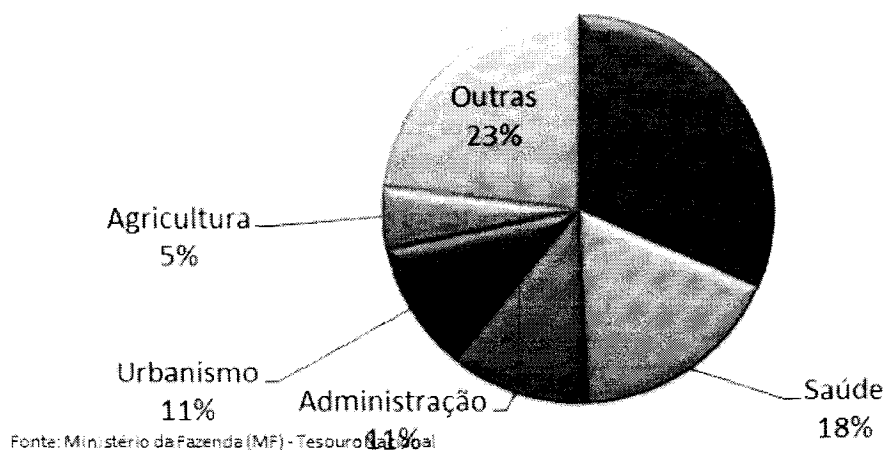
2.5.3 - Finanças

A receita orçamentária do município passou de R\$ 4,0 milhões em 2005 para R\$ 6,0 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 51,6% no período ou 10,96% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 2,41% em 2005 para 3,22% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 71,08% da receita orçamentária em 2005 para 73,17% em 2011. Sendo a média estadual de 23,76% em 2011.

GRÁFICO 12 – Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional

2.5.4 - Planejamento

O planejamento das ações governamentais está previsto na Constituição Federal de 1988, que deu ênfase à função de planejamento, quando introduziu significativas mudanças na forma de condução do processo orçamentário, aliando o orçamento público ao planejamento.

Desde então, a integração dos instrumentos de planejamento como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), ganharam evidência, requerendo estratégias de ação que possam levar o município ao grau de desenvolvimento desejado.

Dentre estes o PPA, um plano de governo que expressa o planejamento de médio prazo, foca nos programas de trabalho do governo para um período de quatro anos especificados em diretrizes, objetivos, metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, pois o PPA permite à sociedade dimensionar suas pretensões diante ao estado de suas finanças.

Seguindo esta linha de ação a LDO, a qual cabe anualmente orientar a elaboração e a execução do orçamento, dá ao Poder Legislativo condições para de fato interferir no decurso da elaboração da peça orçamentária e a condução as finanças públicas, pois, ao aprovar a LDO, estará aprovada a regra para a elaboração do orçamento e para gestão financeira do Município. Assim, a LDO tem entre outras funções a de selecionar dentre os programas e ações incluídas no PPA quais terão prioridade na execução orçamentária.

Juntamente com os instrumentos anteriores, a LOA viabiliza o plano de governo, permitindo a realização anual dos programas mediante a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

Além dos instrumentos citados, corroborando o processo de planejamento municipal, a Constituição define as regras básicas da política urbana, destacando a necessidade de elaboração e aprovação do Plano Diretor, que é o instrumento norteador da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Atualmente o Município de Maripá de Minas vem construindo um Plano estratégico de desenvolvimento que abrange todo o município, considerando as especificidades de cada setor. Esse plano visa diagnosticar as necessidades e a atual conjuntura afim de preparar a estrutura necessária para o desenvolvimento sustentável do município. Sua abrangência se estende às ações públicas e privadas.